



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

## NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis da Procuradoria Geral de Justiça para o exercício de 2017, estão apresentadas em reais, foram elaboradas com base nos dados extraídos do sistema SIAFEM e são compostas por Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e estas Notas Explicativas (NE).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Delegada 17 de 1969, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

As demonstrações contábeis apresentadas tem como referência o mês de dezembro de 2017. Até 2015, as demonstrações contábeis eram apresentadas tendo como referência o mês 13 (encerramento), em decorrência desse mês ter valores divergentes de dezembro, em razão das baixas de restos a pagar do exercício anterior e da inscrição dos restos a pagar não processados do exercício, com reflexo patrimonial. A partir de 2016 não há mais divergência entre o mês 13 e dezembro, pois a baixa dos restos a pagar passou a ser feita no mês de dez e também devido à inscrição dos restos a pagar não processados ter deixado de ter reflexo patrimonial a partir de 2015, conforme legislação vigente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Assessoria de Controle Interno e Auditoria deste Ministério Público no dia 23 de março de 2018 para apresentação ao Tribunal de Contas.

### 1 Principais Políticas Contábeis

#### a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, bem como as aplicações financeiras de liquidez imediata que são atualizadas até a 31.12.2017.

#### b) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado com base no valor de aquisição ou construção.



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

c) Depreciação, amortização e exaustão

O Ministério Público ainda não contabiliza a depreciação, amortização e exaustão dos seus bens, devido a limitações do sistema de patrimônio (SIAGEM).

Porém, essas práticas contábeis somente serão exigidas a partir de 2019, conforme Portaria STN 548, que regulamenta o cronograma de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais.

d) Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos em 2016 e não pagos até 31/12/2017, no valor de R\$ 330.337,07 foram cancelados. Os pagamentos dessas dívidas canceladas, se reivindicadas pelo credor, deverão ocorrer no exercício de 2018 diante à conta de Despesas de Exercícios Anteriores (elemento de despesa 92).

e) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Ministério Público adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

f) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

g) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes,

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

A conta Caixa e Equivalente tem o saldo aplicado diariamente em fundo de investimento.

O saldo da conta Estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição.

## **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)**



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Na DVP os valores consignados como Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas no montante de R\$ 2.163.199,60 são resultantes de Transferências Recebidas da unidade gestora 070901 – FEMPE a título de bens moveis, em atendimento ao art. 5º, da Lei Complementar nº 086 de 04 de julho de 2005.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)**

Na DFC são evidenciados os valores de R\$ 452.215.26,13 na conta Transferências Financeiras Recebidas como resultado dos valores recebidos por esta Procuradoria da Secretaria de Planejamento a título de Repasse Recebido e Movimento de Fundo Débito Correspondente Débito Saldo Financeiro.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)**

No BO os valores das Receitas Realizadas no montante de R\$ 440.520.097,78 foram resultado da conta transferência realizadas.

São Luís, 23 de março de 2018.

**TATIANA ALVES DE PAULA**  
Coordenadora de Orçamento e Finanças  
CRC- MA 6810

**EMMANUEL JOSÉ PEREZ NETTO GUTERRES SOARES**  
Diretor Geral da PGJ